

DF - PROGRAMA SOCIAL

# Parceria para os programas sociais

Anna Karolina Bezerra

A governadora Maria de Lourdes Abadia (PSDB) quer contar com a iniciativa privada para aprimorar os programas sociais do GDF, caso seja reeleita. Entre as ações imediatas para conquistar o setor ela anunciou a ampliação do limite de faturamento para enquadrar micro e pequenas empresas no Simples Candango, que passará de R\$ 120 mil para R\$ 240 mil. A empresa com faturamento até esse limite ficará isenta do Imposto Sobre Circulação e Mercadorias e Serviços (ICMS).

Maria Abadia afirmou que vai esperar até o próximo mês o cumprimento de promessa do governo federal para concretizar a iniciativa e atingir todo o País. Ela determinou ao secretário de Fazenda, Valdivino de Oliveira, que prepare mensagem de projeto de lei a ser enviada à Câmara Legislativa para regulamentar a ampliação do faturamento, caso seja necessário. Segundo ela, a medida vai beneficiar uma parcela do empresariado que representa cerca de 80% da geração de empregos.

Ontem, durante café da manhã com empresários e executivos da Câmara de Comércio Americana, a candidata falou sobre suas propostas para o próximo governo e ações listadas em seu plano de governo voltadas para o desenvolvimento produtivo do DF. Segundo ela, essa união visa dar mais oportunidade aos humildes e acesso ao capital. "A união com o empresariado para resolver os problemas sociais, com uma justa divisão de renda, feita por meio da produção, é a grande revolução que os governos modernos estão fazendo", explicou.

Abadia foi bastante questionada sobre suas prioridades para melhorar a segurança pú-



JOSEMAR GONÇALVES

■ EM AGENDA OFICIAL, ABADIA ASSINOU DECRETO QUE DEFINE A PLANIFICAÇÃO URBANA DA ESTRUTURAL

blica e não deixou de atacar seu principal adversário ao GDF, José Roberto Arruda (PFL). "A pessoa que diz resolver o problema com um policial de arminha na mão em um posto para cada dois mil habitantes não entende nada de segurança", alfinetou.

No final da manhã, a candidata concedeu entrevista para o SBT. Não escapou de perguntas sobre o poder de transferência de votos do ex-governador Joaquim Roriz e disse que está havendo um esforço para convencer os eleitores de que ela é a candidata escolhida pelo líder político.

Prometeu parcerias público-privadas para a construção de estacionamentos subterrâneos e a redução em 50% nas tarifas de transporte coletivo, com a implantação do projeto Brasília Integrada. Sobre a demora de mais de 14 anos para a conclusão do metrô, justificou o

atraso pela ausência de recursos do governo federal.

## ■ Estrutural

Em agenda de governo, Abadia assinou ontem decreto que define a estrutura urbana da Vila Estrutural. Entre os itens, o documento regulamenta o tamanho dos lotes, a criação de áreas para a instalação de equipamentos sociais, sistema viário e transporte público. Assim, as 1.350 famílias que terão de ser removidas da Vila Estrutural terão a garantia de que o realocamento de suas casas será feito dentro da área da Zona Especial de Interesse Social (Zeis).

Segundo o diretor-presidente da Agência Reguladora de Água e Saneamento (Adasa), David de Mattos, a regulamentação da Lei 715/06, que regularizou a Vila Estrutural, era necessária para a conclusão do Plano de Desenvolvimento Local Integrado (Pive).

"A gente não sabia com quais áreas poderia contar para fazer as modificações. Isso dá para as famílias cadastradas a certeza de que elas não vão sair da Estrutural", garantiu.

A remoção das 1.350 famílias é necessária para adequar a cidade às questões urbanísticas e ambientais. Estudo feito pela Companhia Brasileira de Projetos e Empreendimentos (Cobrape), responsável pelo Pive, mostra que a permanência dos moradores será feita com a construção de prédios de, no mínimo, dois andares.

Outro problema apontado pelo chefe da Adasa e que poderá ser resolvido com a regulamentação da poligonal é a implantação de equipamentos públicos sociais para atender a população de quase sete mil famílias. A coordenadora do programa Brasília Sustentável no Banco Mundial (BID), Paula Pini, participou da assinatura do documento. Para a implantação do Pive, o BID vai investir US\$ 31,4 milhões.

